

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GABRIELI BOCK PAGLIARINI**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**BENTO GONÇALVES – RS  
2021**

**GABRIELI BOCK PAGLIARINI**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, junto ao Campus Universitário da Região dos Vinhedos, da Universidade de Caxias do Sul, na área de Humanidades.

**BENTO GONÇALVES – RS  
2021**

**GABRIELI BOCK PAGLIARINI**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia no Campus Universitário da Região dos Vinhedos da Universidade de Caxias do Sul na área de Humanidades.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Maristela Pedrini

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maristela Pedrini – UCS – Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Terciane Angela Luchese- UCS – Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Christine Carrara- UCS - Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Neste período tão importante da minha formação acadêmica e, conseqüentemente, em minha jornada de aprendizagem, em que finalizo a presente monografia e, também, chego ao final do Curso de Licenciatura em Pedagogia, venho agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista.

Agradeço imensamente a minha família, a minha base por ter me dado todo apoio do mundo nesta fase de escrita, tendo a maior compreensão pelas minhas ausências e sempre me auxiliarem nos momentos de dificuldades, sendo um exemplo de superação, dedicação e amor.

As minhas amigas e amigos, que me apoiaram imensamente em todos os momentos de desabafos e de dificuldades, apoiando-me em todos os momentos e, principalmente, falando palavras de aconchego e incentivos para que eu não desistisse em momento algum.

A minha orientadora, querida Prof<sup>a</sup> Maristela Pedrini que me auxiliou em todo esse percurso de escrita, além da elaboração do projeto de pesquisa, desenvolvimento da investigação e na construção desta monografia. Bem como, dedicou-se ao máximo em sanar as minhas dúvidas com muita paciência e compreensão em todos os momentos, motivando-me, compartilhando opiniões, ideias e informações muito importantes para esse processo.

Às educadoras participantes da investigação, agradeço pela atenção e disponibilidade, pois contribuíram na busca de dados importantíssimos para que eu pudesse desenvolver a pesquisa e atingir os objetivos estabelecidos, através de seus relatos descritivos, reflexões e conhecimentos. O meu reconhecimento e agradecimento por todas as aprendizagens que propiciaram pela dedicação na docência com a educação inclusiva.

Enfim, agradeço imensamente a todos que estiveram presentes em minha caminhada acadêmica, sempre oferecendo apoio, motivações e carinho.

*“Ensina-me de várias maneiras,*

*Pois sou capaz de aprender!”*

***Cintia Leão da Silva Costa***

## RESUMO

O presente trabalho aborda o tema, “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar” e foi desenvolvido com o objetivo de investigar quais as intervenções e práticas que contribuem para o melhor desenvolvimento e aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista na escola regular. Para tanto, a referida investigação buscou resposta ao problema de pesquisa. Quais as intervenções e práticas pedagógicas que contribuem para o melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança com transtorno do espectro autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? A investigação descrita, de natureza aplicada, qualitativa quanto à abordagem, exploratória em relação aos seus objetivos, na modalidade de campo, foi desenvolvida através da metodologia de Estudo de Caso (GIL, 2008), com aplicação de entrevistas semiestruturadas a educadores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola da rede privada na Serra Gaúcha. Os dados coletados através das referidas entrevistas foram analisados através da análise textual discursiva (MORAES, 2003) e fundamentados em aportes teóricos como Teixeira; Gaiato (2018), Braga (2018), Coll, Marchesi e Palácios (2004), Mantoan (2003), Almeida (2017) entre outros. A análise dos dados, permitiu a identificação dos seguintes blocos de estudos: Um olhar para a inclusão social e escolar, Metodologias acessíveis aos educandos com Transtorno do Espectro Autista e Escola e Escola família: uma relação de aceitação e acolhimento. Assim, a pesquisa realizada possibilitou uma ampla compreensão acerca da temática relacionada às metodologias e intervenções que contribuem para o melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino. Como resultado da pesquisa é possível afirmar que a criança com autismo tem direito à educação de qualidade, bem como os profissionais que atendem e este educando devem adaptar as atividades e práticas pedagógicas necessárias, contextualizando e acolhendo cada especificidade apresentada.

**Palavras-chave:** Transtorno de Espectro Autista, desenvolvimento cognitivo e social, inclusão, práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

The present work addresses the theme, "The cognitive and social development of the autistic child in the school environment" and was developed with the aim of investigating which interventions and practices contribute to the better development and learning of children with Autistic Spectrum Disorder at school regular. Therefore, the aforementioned investigation sought an answer to the research problem. What are the pedagogical interventions and practices that contribute to the better cognitive and social development of children with autism spectrum disorder in the Early Years of Elementary School?" The research described, of an applied nature, qualitative in terms of approach, exploratory in relation to its objectives, in the field modality, it was developed through the Case Study methodology (GIL, 2008), with application of semi-structured interviews to educators who work in the Early Years of Elementary School, in a private school in Serra Gaúcha. These interviews were analyzed through discursive textual analysis (MORAES, 2003) and based on theoretical contributions such as Teixeira, Gaiato (2018), Braga (2018), Coll, Marchesi and Palácios (2004), Mantoan (2003), Almeida (2017) among others. Data analysis allowed the identification of the following blocks of studies: A look at social and school inclusion, Accessible methodologies to students with Autistic Spectrum Disorder and Family School and School: a relationship of acceptance and acceptance. Thus, the research carried out enabled a broad understanding of the theme related to methodologies and interventions that contribute to a better cognitive and social development of children with Autism Spectrum Disorder in the regular school system. As a result of the research, it is possible to affirm that the child with autism has the right to quality education, as well as the professionals who attend and this student must adapt the necessary pedagogical activities and practices, contextualizing and welcoming each specificity presented.

**Keywords:** Autistic Spectrum Disorder, cognitive and social development, inclusion, pedagogical practices.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

TEA            Transtorno do Espectro Autista

AEE            Atendimento Educacional Especializado



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –Prancha de comunicação.....	41
Figura 02 –Metodologias adaptadas visuais.....	42
Figura 03 – Atividade Pedagógica.....	43

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa.....	30
---	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
2.1.1 A ESCOLA INCLUSIVA: CONCEITOS E PRÁTICAS .....	15
2.1.2 O QUE É O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)? .....	18
2.1.3 FORMAÇÃO DOCENTE E A METODOLOGIA ADAPTADA E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA AUTISTAS .....	21
2.1.4 FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIA NECESSÁRIA .....	25
<b>3. REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....	<b>27</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	27
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO .....	27
3.3 SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	27
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA E TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS .....	31
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ACHADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>32</b>
4.1 UM OLHAR PARA A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR .....	32
4.2 METODOLOGIAS ACESSÍVEIS AOS EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA .....	36
4.3 ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO DE ACEITAÇÃO E ACOLHIMENTO .....	44
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>
<b>7. APÊNDICES</b> .....	<b>54</b>
7.1 APÊNDICE 01 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM EDUCADORES ..	63
7.2 APÊNDICE 02 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM MONITORES .....	65
7.3 APÊNDICE 03 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA .....	67

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre o Direito à Educação e o Dever de Educar. Nesse sentido, no Artigo 4º prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente na rede regular de ensino.

Sendo assim, os educandos que apresentam as referidas características são amparados legalmente e a educação brasileira e seus profissionais devem, de fato, assegurar uma educação de qualidade e inclusiva a estas crianças. Em meio a um universo permeado de diferentes patologias, a criança precisa contar com a ajuda da escola, profissionais especializados e, principalmente, com seu âmbito familiar, para, assim, ser auxiliada no seu desenvolvimento, potencializando suas ações para a conquista de sua autonomia.

Diante do exposto, como motivação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, junto à Universidade de Caxias do Sul, Campus da Região dos Vinhedos, defini como tema de investigação “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar“. Desta forma, a intenção para a realização desta pesquisa teve seu fundamento em minha experiência como monitora de uma criança com Transtorno do Espectro Autista, inserida na rede regular de ensino, de uma escola privada da Serra Gaúcha. Também, busquei respostas para minha curiosidade e o desejo de pesquisar metodologias e adaptações necessárias para o atendimento qualificado dos educandos com o referido transtorno para o atendimento das suas especificidades em sala de aula.

Assim, a partir desse contexto destaco que a lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, dispõe sobre o acesso à educação para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, assinala que esse movimento educacional é um direito da criança e deve ser assegurado pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, diante das minhas experiências nas escolas de Educação Básica, constato que a inclusão escolar ainda é um assunto que precisa ser discutido cuidadosamente e abordado pelas escolas, devido ao fato de muitos educadores, ainda serem resistentes ou inseguros no atendimento aos educandos inclusos em suas salas de aulas e, assim, a educação de qualidade, a partir do acolhimento à diversidade e a aprendizagem significativa ficam prejudicadas.

Existem diversas formas de incluir o educando com deficiências ou transtornos de desenvolvimento na educação regular e a primeira delas é conhecer o educando, suas especificidades e saber qual é o nível de aprendizagem que se encontra. Nesta perspectiva, conforme Gustavo Teixeira, Mayra Gaiato (2018) e a Cartilha Transtorno do Espectro Autista (2019) é preciso levar em consideração que o transtorno do espectro autista engloba prejuízos nas capacidades cognitivas sociais do indivíduo, encaixando-se em três categorias necessárias como a reciprocidade socioemocional, os comportamentos comunicativos não verbais e a interação social. Assim sendo, é necessário a adaptação adequada destinada à cada educando, a fim de que possam se desenvolver de forma saudável. Nesse contexto, é meu entendimento que esse processo deve iniciar desde o ingresso da criança na escola, pois é na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que a criança estabelece os primeiros vínculos com a escola e inicia a construção de sua aprendizagem.

A partir desses pressupostos delimitei o meu tema de pesquisa como “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, cujo enfoque foi estudar o detalhamento de estratégias, intervenções e práticas pedagógicas que contribuem para o melhor desenvolvimento da criança com autismo dentro do processo educacional. Tal enfoque parte do reconhecimento de que o espaço escolar se constitui em um cotidiano rico em interações, vivências, vínculos afetivos, trocas e convivência e pode contribuir, desde a mais tenra idade, para a mediação de estratégias que estimulem a criança com transtorno do espectro autista na superação de suas dificuldades.

Sendo assim, a investigação realizada partiu da seguinte pergunta norteadora: “Quais as intervenções e práticas pedagógicas que contribuem para o

melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança com transtorno do espectro autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?"

Partindo do exposto, justifico que a pesquisa aqui descrita é de grande importância porque contribui para responder as minhas indagações e para a educação em geral, uma vez que buscou a construção de conhecimentos sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular de ensino, temática que necessita ser aprofundada pelas instituições escola e família e todos os envolvidos na promoção da escola inclusiva.

Desta forma, estabeleci como o objetivo geral investigar quais as intervenções e práticas que contribuem para o melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança com Transtorno do Espectro Autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. E, como objetivos específicos aprofundar os conhecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista e as particularidades de cada indivíduo com autismo, aperfeiçoar os conhecimentos em relação à temática, a partir da abordagem teórica de diversos autores, explicar a importância da inclusão escolar para o desenvolvimento da criança autista na Educação Básica.

E, para a compreensão do processo na prática, entrevistei educadores que estão atuando com alunos autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas salas de aula; também, busquei conhecer materiais pedagógicos, diferentes metodologias de profissionais e familiares como uma possibilidade para a educação inclusiva de crianças com transtorno do espectro autista, na Educação Básica.

O desenvolvimento da pesquisa contou com a utilização de recursos humanos que foram educadores e profissionais que compõem a equipe pedagógica da instituição, que atuam com a inclusão escolar em suas salas de aula, ou seja, docentes e monitores da Educação Básica. Ainda, foram necessários recursos materiais como livros, como também, meios digitais (artigos, e-books e outros), como também, será utilizado computador e materiais impressos.

Assim, para melhor compreensão da investigação realizada, a presente monografia foi organizada em capítulos. Desta forma, o primeiro capítulo denominado como **Referencial Teórico** apresenta os seguintes tópicos. *A Escola Inclusiva: conceitos e práticas*, que aborda a temática da Escola Inclusiva, sua

origem no Brasil, a legislação vigente que a ampara, bem como, a especificação de suas adaptações e estratégias para atender a cada necessidade dos educandos inclusos. O segundo tópico intitulado *O que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA)?* apresenta as características do referido transtorno, para cada indivíduo que for diagnosticado, abordando importantes informações sobre o referido transtorno. O terceiro tópico, denominado *Formação docente e a metodologia adaptada para autistas*, aborda as sugestões de metodologias pedagógicas que os educadores podem utilizar em sala de aula para o trabalho pedagógico com alunos autistas, relacionando as referidas metodologias ao Plano Individualizado Atendimento Educacional Especializado – AEE. O quarto tópico, nomeado como *Família e escola: parceria necessária*, compreende as considerações sobre importância da relação entre as famílias das crianças com Transtorno do Espectro Autista com os profissionais da educação que atendem este educando, a fim de potencializar o processo de evolução de aprendizagem cognitiva e social dos referidos alunos.

Na sequência do texto é apresentado o segundo capítulo intitulado **Referencial Metodológico** com informações sobre a caracterização da pesquisa, juntamente com a descrição dos sujeitos participantes da mesma e, também, a caracterização dos instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise dos mesmos.

O terceiro capítulo intitulado **Análise de Discussão dos Resultados: os achados da pesquisa** que discorre sobre três blocos de análise emergentes da análise textual discursiva. O primeiro bloco denominado *Um olhar para a inclusão social e escolar* aborda a temática da inclusão social e escolar, pertinente à legislação e também aos movimentos realizados no Brasil na luta por este direito. O segundo bloco *Metodologias acessíveis aos educandos com Transtorno do Espectro Autista* relata sobre metodologias utilizadas em salas de aulas regulares, adaptação curricular e materiais alternativos a serem disponibilizados para os educandos com o TEA. E, o terceiro bloco intitulado *Escola e família: uma relação de aceitação e acolhimento* disserta sobre a importância da relação entre família e escola para o êxito do processo de inclusão de inclusão escola dos educandos autistas.

Ao final as **Considerações Finais** encerram o texto apresentando os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, com explicitações dos resultados

considerados relevantes para dar respostas ao problema de investigação, as aprendizagens e aos conhecimentos construídos. Na sequência, são apresentadas as **Referências** que indicam a fundamentação teórica que subsidiou o estudo, relacionando as fontes pesquisadas.

Como finalização da monografia são apresentados os **Apêndices**, com a finalidade de apresentar o instrumento de coleta de dados que contribuiu para o estudo da temática abordada e compreensão do assunto.



## **2.REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1.1 A ESCOLA INCLUSIVA: CONCEITOS E PRÁTICAS**

Revistando a história do movimento da Educação Inclusiva no Brasil, é importante referir que, segundo Januzzi (2004) desde a década de 30 a sociedade começou a se organizar em movimentos com foco na preocupação do atendimento de pessoas com deficiência:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas ,há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1500, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais (JANNUZZI, 2004 p.34).

Foi na década de 50 que surgiram as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais trazendo novas possibilidades para a educação das pessoas com deficiência, o que determinou um novo olhar para os processos pedagógicos direcionados aos educandos antes considerados incapazes de aprender. Os movimentos ocorridos no Brasil refletiram as mudanças que ocorriam pelo mundo, principalmente no período pós-guerra. (ROMANELLI, 2003).

Nesse sentido, a Lei 5.691 de 1971 apresentou diretrizes para o ensino que previa tratamento especial aos alunos que apresentassem deficiência física ou mental e os superdotados, na forma de Classes Especiais, no viés da integração escolar (BRASIL, 1971). O conceito de integração, através das Classes Especiais, se fundamenta no fato de que as pessoas com deficiências podiam ser atendidas na escola regular, porém, sem a interação ou estabelecimento de vínculos com os demais colegas ditos “normais” (MANTOAN, 2003). Segundo a referida autora, essa abordagem, embora tivesse representado um avanço na compreensão das diferenças, ainda não era o ideal na garantia dos direitos humanos da equidade.

Foi no despertar do século XX que o paradigma da inclusão começou a se consolidar pelo mundo. Assim, o movimento da Escola Inclusiva ocorreu de diferentes formas, de acordo com os mais variados contextos mundiais. Um dos marcos desse movimento que teve reflexos no mundo inteiro foi Conferência

Mundial de Educação Especial, realizada pela UNESCO, em 1994, anunciada como a Declaração de Salamanca, realizada na Espanha, que definiu as políticas, princípios e práticas da Educação Especial, vinculadas e asseguradas pelas Políticas Públicas da Educação.

Nesse sentido, no Brasil o movimento da Educação Inclusiva surgiu nos anos 90 em diferentes momentos e contextos nesta década, inspirado na Declaração de Salamanca, marco mundial do movimento inclusivo. Assim, acordo com a UNESCO (2005), a educação inclusiva pressupõe uma mudança profunda nas concepções de escola e de sociedade.

O objetivo da inclusão é conseguir respostas apropriadas ao amplo espectro de necessidades de aprendizagem, tanto em entornos formais como não formais da educação. A educação inclusiva, mais do que um tema marginal que trata sobre como integrar certos estudantes no ensino convencional, representa uma perspectiva que deve servir para analisar como transformar os sistemas educativos e outros entornos de aprendizagem, com o fim de responder à diversidade dos estudantes. O propósito da educação inclusiva é permitir que professores e estudantes se sintam cómodos perante a diversidade e não a vejam como um problema, mas sim como um desafio e uma oportunidade para enriquecer as formas de ensinar e de aprender (UNESCO, 2005, s/p).

Nesse contexto, a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 apresentou uma grande evolução na concepção da Escola Inclusiva e, em seu Artigo 58°, estabelece por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em vista disso, as políticas brasileiras vêm abordando e assegurando que a inclusão ocorra, de fato, para todas as pessoas, tendo como direito garantido a presença de todos nas mesmas salas de aulas, com suas individualidades respeitadas. Sobre esses aspectos a especialista Telma Vinha (2014, p.93), professora de Psicologia Educacional na Universidade Estadual de Campinas destaca:

Um dos papéis da escola é promover o aprendizado para o convívio com as diferenças. Esse trabalho deve ser sistematizado, envolvendo todos na construção de um ambiente acolhedor, em que as diferenças são vistas de forma respeitosa, com oportunidades de troca de e crescimento.

Nesse viés, muitas são as mudanças que tem ocorrido para a viabilização da Escola Inclusiva, com vistas à inclusão social das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência N° 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Artigo 1° prevê e assegura condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Diante do exposto, a educação deve estar voltada para a formação completa do indivíduo, livre de preconceitos e disponibilizando o conhecimento sobre as diferenças tendo como o principal objetivo a sua valorização. Portanto, as escolas inclusivas devem ser escolas totalmente pensadas para atender as necessidades de cada educando, dispendo de profissionais especializados para o atendimento destas crianças, podendo contar com recursos e materiais de apoio adaptados, buscando novas alternativas (MANTOAN, 2003).

Para a Revista Nova Escola (2014), com a oferta do Atendimento Educacional Especializado, a escola inclusiva consegue atender às peculiaridades de seus educandos baseando-se em estratégias eficientes em conjunto com o profissional especializado e o educador titular da turma, garantindo a inclusão dos discentes com necessidades especiais. De acordo com esse pensamento, a educação especial quando se constitui dentro da escola regular promove a convivência, a interação social e a criação de vínculos afetivos de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, viabilizando a diversidade e pensando no direito de todos aprenderem.

Segundo o Resumo Técnico Censo da Educação Básica (INEP, 2018) o número de matrículas das redes regulares de ensino de educandos inclusos chegou a 1,2 milhões em 2018, um aumento de 32,2% em relação ao último Censo escolar de 2014. Os dados do referido Censo apontam que o maior número de matrículas está efetivado no Ensino Fundamental, tendo 70,9% de matrículas de alunos com necessidades especiais. Diante disso, é evidente que os números de pessoas com múltiplas deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, incluindo o Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades, matriculadas em classes comuns tem aumentado gradualmente em todas as etapas de ensino da Educação Básica.

Assim, dentro desse contexto, entre as diferentes deficiências e transtornos do desenvolvimento, o Transtorno do Espectro Autista se destaca como uma característica que deve ser compreendida com o apoio e toda a participação da sociedade. O acolhimento à pessoa com o referido transtorno deve se desenvolver a partir de métodos e projetos educacionais para incluir na escola e na sociedade essas crianças e suas famílias (BRAGA, 2018).

Ressalta-se que no Decreto N° 10.502, de 30 de setembro de 2020, instituiu-se a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva com aprendizado ao longo da vida em seu artigo 84, caput, inciso IV e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 decreta:

Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Nesse sentido, a partir deste novo Decreto inserido na legislação brasileira, ocorreram algumas mudanças perante a Educação Inclusiva e, conseqüentemente, a escola como um todo. Assim, prevendo uma adaptação nos ambientes escolares e também ao atendimento educacional especializado envolvendo os profissionais que atendem crianças com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, promovendo ações educacionais de igualdade, assegurando a garantia aos direitos destes indivíduos.

Diante do exposto acima, na próxima seção serão aprofundados conceitos e definições que envolvem o transtorno em foco.

### **2.1.2 O QUE É O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)?**

De acordo com Teixeira e Gaiato(2018) e a Cartilha Transtorno do Espectro Autista (BRAGA, SANTOS, BUYTENDORP, 2019) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo é definido como um distúrbio de desenvolvimento complexo, uma condição comportamental em que o indivíduo apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação e em

habilidades para desenvolver a aquisição da linguagem verbal e não verbal, alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados.

Nesse sentido os autores acima referidos destacam que é importante ter conhecimento e entender que a pessoa com autismo apresenta atrasos significativos nos marcos de desenvolvimento dessas habilidades, e esses sintomas aparecem nos primeiros anos de vida. Assim, os atrasos em comportamentos sociais, significam que, conforme a criança cresce as dificuldades de se relacionar com outras pessoas tendem a ficarem mais evidentes, pelo fato de que a cada dia as demandas sociais aumentam.

Para tanto, segundo Braga (2018) entende-se que o Transtorno do Espectro Autista é caracterizado como uma condição neurobiológica que afeta imensamente o funcionamento cerebral do indivíduo em algumas partes específicas e, assim, justificam todas as alterações presentes para respostas linguísticas ou motoras relacionadas a essas áreas cerebrais.

Perante isso, Teixeira e Mayra (2018) assinalam que há alguns sinais de alerta relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, com determinadas características que compõem o quadro para o diagnóstico do referido transtorno. Nesse sentido, a presença destes sintomas que serão comentados a seguir, não significa que a criança seja autista, mas sinaliza a importância de uma avaliação comportamental detalhada com profissionais adequados para melhor compreensão da criança e de seus sintomas.

Sendo assim, uma das importantes características a serem observadas enquanto sinal de alerta em bebês são os grandes déficits no comportamento social, ou seja, quando os bebês tendem a evitar contato social e se mostram pouco interessados na voz humana. Esta manifestação é um indicador a ser observado com atenção, pois pode se configurar em um sintoma do transtorno do espectro autista.

Teixeira e Mayra (2018) destacam outra característica observada em bebês e, também, em crianças pequenas com autismo, é que apresentam o início de seu desenvolvimento normal, com as habilidades sociais e, de repente, ocorre uma

interrupção neste processo; e, assim, o indivíduo começa a regredir em seu desenvolvimento social. Devido a essa condição, pode apresentar alterações relacionadas com respostas não usuais e com experiências sensoriais diferentes vivenciadas, podendo se sentir incomodado por pequenas mudanças em sua rotina diária. Os autores referidos apontam, ainda, que quase a totalidade das crianças autistas resiste em aprender ou praticar uma nova atividade, sendo essa uma grande dificuldade para a adesão a um programa de tratamento.

Sobre as dificuldades em relação à aquisição e desenvolvimento da linguagem da criança autista Gaiato e Teixeira (2018, p.14) destacam:

As dificuldades de linguagem estão presentes na maioria das crianças autistas e podem ser representadas pela dificuldade na aquisição de linguagem verbal (a criança não aprende a falar ou tem atrasos significativos quando comparada a outras crianças da mesma faixa etária) ou na aquisição de linguagem não verbal (a criança entende o significado de “mandar tchau”, apontar para objetos ou entender que alguém está triste por isso está chorando, por exemplo).

Sendo assim, de acordo com os autores referidos, além de atrasos nos comportamentos sociais das pessoas com transtorno do espectro autista, há outras características comuns às mesmas, sendo estas as estereotípias motoras, ou seja, respostas repetitivas em que a criança estimula-se visando uma regulação sensorial ou mesmo uma busca por prazer, através de sensações físicas. Além destes sintomas, encontram-se em algumas crianças dentro do espectro autista prejuízos de cognição.

Como aponta a Cartilha Transtorno do Espectro Autista (BRAGA, SANTOS, BUYTENDORP, 2019) determinadas pessoas com TEA, podem apresentar a ecolalia, caracterizada pela emissão de palavras ou frases sem a intenção de se comunicar. Essa repetição pode se apresentar como imediata (repetição de frases ou palavras que acabam de ouvir) e tardia (repetição de frases ou palavras antigas, guardadas na memória). Bem como, ao realizar um tratamento com profissionais da fonoaudiologia a ecolalia, pode deixar de ser imediata e tardia, tornando-se mitigada (modificações na fala reproduzida para situações diferentes, tendo a intenção de comunicação).

Ainda, de acordo com a Cartilha Transtorno do Espectro Autista (2020), há três níveis de gravidade do Transtorno do Espectro Autista, sendo eles: grau leve

(nível 1); grau moderado (nível 2) e grau severo (nível 3). Os referidos níveis estão relacionados à quantidade de apoio necessário para mediar as especificidades de cada pessoa, e podem ser caracterizados como: grau leve (nível 1), em que o indivíduo precisa de pouco apoio para a realização das atividades de seu cotidiano.

Segundo o Instituto Federal da Paraíba (2020) a pessoa que se encontra nesse nível de autismo possui particularidades sendo que consegue ser autônoma em diversos contextos do dia a dia, alcançando independência para realizar as tarefas da vida cotidiana. Ainda, as pessoas que apresentam grau leve de autismo, perante a comunicação não possuem atrasos de fala e conseguem comunicar-se e interagir socialmente, tendo apenas dificuldades em compreender metáforas e expressões com duplo sentido.

O grau moderado (nível 2) se caracteriza pelo indivíduo necessitar de apoio substancial nas atividades da vida diária. À vista disso, Instituto Federal da Paraíba (2020), aponta que o autista nesse nível de comprometimento, apresenta dificuldades mais significativas, necessitando de apoios e auxílio em sua rotina com muita frequência, inclusive deve contar com a ajuda de profissionais. Logo, o autista moderado precisa de mais apoio para se socializar com outras pessoas, uma vez que apresenta dificuldades para interagir com o próximo. Assim, podem manifestar problemas de comunicação verbal e não verbal, resistindo a alterações de rotina com episódios de crises de stress e frustrações.

Considerando a definição de autismo de grau severo (nível 3) como sendo uma condição que, necessariamente, as pessoas exigem apoio muito substancial em suas atividades da vida diária, as mesmas apresentam dificuldades bem acentuadas e maiores comprometimentos relacionados a comunicação e interação social. Diante do comprometimento do quadro, os autistas desse nível podem apresentar uma comunicação mínima e, em alguns casos, são não verbais, havendo uma tendência para o isolamento total, com comportamentos repetitivos, interesses restritivos e necessitando de ajuda constante para realizar as atividades da vida cotidiana. (CARTILHA TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, 2020).

Teixeira e Gaiato (2018) ressaltam que as causas do Transtorno do Espectro Autista não estão completamente esclarecidas. Assim, ainda, estão sendo

realizadas muitas pesquisas científicas em diversas universidades e centros avançados de estudos em todo o mundo, a fim de levantar mais informações e produzir conhecimentos para melhor atender as pessoas com autismo, devido à complexidade desse transtorno. Há algumas hipóteses para a explicação das causas do autismo, como condições genéticas, neurológicas e ambientais, porém ainda há muito por ser descoberto.

Nesse viés, com os conhecimentos disponíveis sobre o autismo que se tem hoje, o diagnóstico deve ser clínico, dependendo de uma avaliação comportamental da criança e da entrevista com os pais, englobando categorias necessárias nos domínios de reciprocidade socioemocional, comportamentos comunicativos e interação social como reiteram Gaiato e Teixeira (2018, p.15):

Pensando na elevada complexidade que o espectro autista representa e na forma única como que cada criança nos é apresentada, o tratamento deve ser desenhado de maneira individualizada para atender às necessidades específicas de cada pessoa, levando em consideração suas características e demandas individuais e a gravidade dos sintomas e prejuízos apresentados.

Em virtude disso, as intervenções médicas, educacionais e profissionais de cada área devem envolver um acompanhamento interdisciplinar, com coordenação das atividades, desenvolvendo um plano individualizado e assim, realizando atendimentos significativos para o alcance da autonomia e evolução da criança.

Assim segundo o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (s/d), o Plano Educacional Individualizado, é um documento que deve ser elaborado pelo educador a partir de uma avaliação relacionada ao educando com necessidade educacional específica. Consequentemente, ela deve ser realizada pelo docente titular da turma, com levantamentos das necessidades, conhecimentos prévios e potencialidades e habilidades destes educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou supertodação.

De acordo e dando continuidade à linha de raciocínio do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (s/d) que o Plano Educacional Individualizado deve ser aprovado pelo estudante ou pelo responsável legal do mesmo, precisando ser revisado periodicamente. Desta forma, compreende-se que cada aluno aprende de uma maneira diferente, em seu tempo e com suas



particularidades e com este documento, visa registrar essas características individuais e com estratégias adequadas, fazer com que este indivíduo possa aprender e desenvolver-se no ambiente educacional.

### **2.1.3 FORMAÇÃO DOCENTE E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA AUTISTAS**

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino pressupõe o conhecimento de estratégias e recursos adequados a fim de promover o acolhimento das referidas crianças em sua diversidade. Nesse sentido, os profissionais que atuam na escola devem ter uma formação adequada para a promoção desse atendimento (NOVA ESCOLA, 2014).

Diante do exposto, a formação docente relacionada à inclusão escolar voltada ao Transtorno do Espectro Autista não contempla apenas uma metodologia a ser utilizada em sala de aula, mas, sim, deve contemplar a reuniões de diversos métodos e estratégias acessíveis aos comprometimentos apresentados pelos educandos com TEA. Portanto, aprender a administrar as estratégias de práticas pedagógicas voltadas para os manejos de comportamento e ensino e aprendizagem é essencial para auxiliar de maneira harmônica e prazerosa o educando com Transtorno do Espectro Autista.

Desta forma, a Lei N° 9.394, de dezembro de 1996 em seu artigo 59 estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o atendimento educacional especializado que necessita. E, neste mesmo artigo em seu inciso III, evidencia que os educadores que irão atuar na Educação Especial, precisam ter a formação docente específica e adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular devem ser capacitados para a inclusão desses educandos nas classes escolares comuns.

Nesse viés o Decreto N° 7.611, de novembro de 2011, dispõe que as instituições às quais a União prestará apoio técnico e financeiro, tem a

obrigatoriedade de disponibilizar o profissional de Atendimento Educacional Especializado e, respectivamente, uma Sala de Recursos Multifuncionais para atender a demanda das necessidades e especificidades de cada educando. Assim, as escolas enquanto sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federais, bem como, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos devem garantir esse atendimento especializado.

Assim, uma escola inclusiva deve contemplar além de uma estrutura acessível, uma proposta curricular flexível para que possa atender a todos os alunos de forma contemplar seu desenvolvimento cognitivo e social, com qualidade, como afirma Mantoan:

[...] as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são orientados a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas salas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm a possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2006, p. 45).

Nesse sentido, de acordo com Piaget (2011) o desenvolvimento cognitivo consiste em saltos qualitativos, em que são acumulados conhecimentos e capacidades ao longo das experiências vivenciadas.

Assim, segundo Jean Piaget há quatro estágios cognitivos do desenvolvimento infantil. Bem como, as crianças são capazes de aprender em cada fase do seu desenvolvimento, com suas habilidades para interagir e também reagir com o ambiente em que vivem. Desta forma, cada fase de desenvolvimento mental é marcada por uma faixa etária e conseqüentemente, por processos de aprendizagens.

O primeiro estágio denomina-se como fase sensório-motora: nascimento até cerca de 2 anos, é durante este período de aprendizagem que as crianças adquirem conhecimento sobre o mundo por meio dos seus sentidos e da manipulação de objetos.

Já o segundo estágio identifica-se como fase pré-operacional: de 2 a 7 anos, é no decorrer desta etapa que os indivíduos desenvolvem a imaginação e a memória, eles também são capazes de compreender a ideia de espaço-tempo, interpretando as coisas simbolicamente. No entanto, o pensamento da criança ainda é egocêntrico, como consequência a dificuldade de perceber e ver o ponto de vista do outro.

Logo no terceiro estágio nomeia-se como estágio operacional concreto: 7 a 11 anos, é no decorrer desta fase, em que as crianças se tornam mais conscientes do sentimento do outro e dos eventos externos que ocorrem. Assim, elas vão se tornando menos egocêntricas, começando a compreender que nem sempre as pessoas compartilham seus pensamentos, sentimentos e concepções. Este estágio é marcado pelo início do pensamento lógico /ou operacional, fazendo com que a criança resolva as situações cotidianas internamente ao invés de fisicamente.

O último estágio cognitivo é intitulado como operacional formal: 11 anos ou mais, é ao longo deste estágio em que a criança começa e assim conseqüentemente, torna-se capaz de usar a lógica para resolver os problemas e situações da vida cotidiana que surgem em seu dia a dia, bem como planejando seu futuro ao ver o mundo ao seu redor.

Assim, isso significa dizer que, o sujeito em contato com meio busca constantemente organização e adaptação às situações e objetos que fazem parte desse meio deste desenvolvimento e das experiências, conhecimentos e capacidades adquiridas nas situações cotidianas vivenciadas que se relaciona com desenvolvimento social da criança, se constituindo em um conjunto de técnicas que ajudam o indivíduo a explorar os aspectos físicos, emocionais e cognitivos.

Nesse sentido, Vygotsky (2001, p.63) afirma que o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento". Assim, é perceptível que o desenvolvimento social está interligado a aprendizagem não acontece isoladamente, o indivíduo participa e está inserido dentro de um grupo social onde irá se desenvolver, onde conviverá com pessoas e efetuará trocas de informações, desta forma construindo seu conhecimento, sendo imprescindível para o desenvolvimento da mente.

Gaiato e Teixeira (2018) partem do pressuposto, de que existem múltiplas intervenções que podem ser oferecidas às pessoas com autismo, devendo ser estruturadas de acordo com as etapas de vida do educando, envolvendo a estimulação do desenvolvimento social e comunicativo, o aprimoramento da capacidade de solucionar problemas, a diminuição de comportamentos que interferem o aprendizado, ao acesso às oportunidades de experiências do cotidiano e o plano individual de tratamento.

Outro aspecto destacado pelos referidos autores é que saber identificar as necessidades de cada criança será fundamental para o docente criar um plano individualizado e personalizado de atendimento educacional, a fim de que as potencialidades da criança sejam exploradas, levando em conta suas necessidades e, também, possibilidades. Em vista disso, Bosa (2006) em seu artigo “Autismo: intervenções psicoeducacionais”, relaciona o Plano Individual de Ensino juntamente com as estratégias que devem ser utilizadas em sala de aula, sendo estas: rotinas com figuras relacionadas ao ambiente escolar, antecipar o que vai acontecer na rotina da criança e deixar claro o que a criança deverá fazer no momento em que está sendo atendida. Ainda Bosa (2006) ressalta a importância da utilização dos métodos para a comunicação como os PECS (Picture Exchange Communication System), programas de linguagem individualizados e a comunicação facilitada.

Segundo as ideias de Bosa (2006), o educador da classe regular de ensino deve adaptar os planejamentos mudando a mediação e os recursos, sendo os mesmos conteúdos trabalhados para a criança incluída e a turma. Lembrando que, o professor não deve atuar sozinho para promover a inclusão, esse deve ser um trabalho em equipe, tendo como responsabilidade sobre o discente incluso todo o corpo docente da instituição, ou seja, do coletivo da escola. Neste aspecto cabe reiterar o necessário e essencial o papel da gestão democrática e participativa para a viabilização das propostas educacionais inclusivas. Sobre esta concepção de processo de inclusão, a revista Nova Escola (2014, p 92) reitera que:

Gestores preocupados com a questão e que buscam recursos e pessoal de apoio fazem da inclusão um projeto da escola. Dessa forma, melhoram as condições de trabalho dos professores, que passam a atuar em conjunto com um profissional responsável pelo AEE, a contar com diferentes recursos tecnológicos e a ter ciência de que o aluno com deficiência ou TGD não é responsabilidade exclusivamente sua.

Sendo assim, é preciso encaminhar o educando com Transtorno de Espectro Autista ao atendimento com o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), junto à Sala de Recursos Multifuncionais destinada para todos os educandos com necessidades especiais, enfocando em recursos que o professor, a escola, e o sistema de ensino devem garantir para a aprendizagem do aluno.

Neste viés, em sequência a linha de pensamento da revista Nova Escola (2014) o profissional do AEE deve atuar em articulação com professor da classe regular, a fim de orientar e contribuir para que o Plano de Ensino Individualizado seja elaborado de acordo com as necessidades do educando, bem como acompanhar sua execução. Partindo-se desse pressuposto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo oferecer meios e modos que efetivem o real aprendizado dos estudantes com necessidades especiais, quebrando barreiras relacionadas a situações do cotidiano, passando-se a olhar de forma global para esse educando.

Ressalta-se que esse atendimento especializado está sendo assegurado na legislação brasileira, por intermédio do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, direcionando as diretrizes Operacionais da Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado –AEE, no Decreto Legislativo nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

Neste sentido, segundo o Ministério da Educação e juntamente com a Secretaria de Educação Especial (2008), o atendimento educacional especializado – AEE tem como objetivo organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação eliminando as barreiras para o sucesso de uma aprendizagem e desenvolvimento significativos de qualidade, com a participação do aluno, levando-se em consideração suas necessidades.

Assim sendo, o corpo docente de uma instituição de ensino é responsável pelos educandos inclusos e deve trabalhar em conjunto para que haja a melhor evolução no processo de desenvolvimento da criança, para que conquiste sua autonomia, considerando que cada indivíduo possui um processo individualizado de

aprendizagem. E, dentro de uma sala de aula, são encontradas diferentes formas de aquisição de conhecimento seja pelos alunos ditos normais ou inclusos. Para tanto, a formação exigida em Curso de Deficiência Intelectual e Múltipla para a atuação no Atendimento Educacional Especializado, de acordo com o estabelecido pela legislação, contribui para que os alunos inclusos sejam atendidos a partir de suas necessidades e potencialidades com vista ao seu desenvolvimento social e aprendizagem.

#### **2.1.4 FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIA NECESSÁRIA**

De acordo com Gaiato e Teixeira (2018) para que a pessoa com autismo possa progredir no ambiente educacional, atingindo os objetivos pedagógicos e, também, os da vida cotidiana, é necessário que família e escola estejam juntas, em parceria. A articulação entre família e escola, o diálogo e a troca de informações das duas instituições promovem o envolvimento e a utilização de estratégias planejadas para a criança, respeitando suas características.

Assim, é eminente ao profissional da educação, seja ele o educador titular da classe comum, do Atendimento Educacional Especializado ou dos demais espaços que as pessoas com autismo frequentam, entender que o diagnóstico para o autismo é uma ferramenta a mais de base e conhecimento sobre esse educando (BRAGA, 2018). Cabe aos pais ou responsáveis legais a decisão de compartilhamento do diagnóstico com a equipe escolar, para assim ocorrer um trabalho em conjunto satisfatório.

Desta forma, seguindo a mesma linha de raciocínio dos autores Gaiato e Teixeira (2018), esse trabalho em equipe é muito importante para a criança com Transtorno do Espectro Autista, pois as intervenções estruturadas realizadas nesses dois meios: familiar e educacional proporcionam uma mediação muito eficaz para a aprendizagem do indivíduo. Nesse contexto é imprescindível que a escola e os profissionais que atendem este aluno orientem os seus pais, explicando todos os dados que envolvem o autismo, como livros, folhetos, websites e toda forma de conteúdo que devem ser fornecidos à família.

Segundo o site Educa+ Brasil (2019) a parceria entre família e escola é essencial e se constitui num dos principais elementos para o sucesso do educando e da educação. Assim, um dos benefícios desta logística possibilita que a criança se desenvolva e, conseqüentemente, a sua aprendizagem seja ampliada. Desta forma, o discente tem a oportunidade de vivenciar experiências pedagógicas na escola e, também, no convívio familiar. Tal interação promove a melhora do rendimento escolar, evoluindo para um maior desenvolvimento familiar dentro do ambiente escolar, com constante acompanhamento da criança, através do direcionamento de as propostas pedagógicas para potencializar esse processo.

Para Carlo Schimidt e Cleonice Bosa (2003) o impacto deste transtorno nas famílias tem sido de grande intensidade e também interesse científico enquanto ao tema. Enfatiza-se que os efeitos dos pais sobre as crianças e, conseqüentemente, os efeitos dos pais sobre elas tem sido uma grande mudança. Deste modo, os aspectos naturais do transtorno são considerados relevantes e precisam ser realizados como uma prestação de cuidados em longo prazo, sendo um fator importante para a compreensão e aceitação do indivíduo. Sobre este aspecto os referidos autores assinalam:

Em outras palavras, é possível trabalhar com uma noção integrada de saúde, ao invés de se separar a “mente” do “corpo”. Particularmente importante nesse modelo é a preocupação quanto à compreensão de como diversos fatores operam e interatuam em condições adversas prolongadas, atingindo a família em diferentes etapas do seu ciclo vital (SCHIMIDT; BOSA, 2003, p. 8)

Sendo assim, é preciso que a escola escute a família, pois enquanto instituição educacional possui condições de auxiliar na educação das crianças, orientando sobre as características e sobre a rotina do aluno em casa, para que haja o desenvolvimento integral da criança. No sentido de orientar as escolas e as famílias a revista Nova Escola, em seu livro (2014, p. 99) destaca “Encontro periódicos, nos quais o professor explica em que se baseiam as adaptações nos conteúdos e nos materiais, feitos para atender às necessidades da criança, são indicados”.

A revista Nova escola (2014), assinala que nem sempre é possível organizar reuniões com as famílias, pois podem surgir algum imprevisto ou problema. Porém, é muito importante que a coordenação pedagógica e os profissionais que atuam

atendendo na instituição o educando com transtorno do espectro autista, possam fazer contato com as mesmas, para buscar novos agendamentos a fim que possam explicar à família que a adaptação do currículo e os materiais utilizados é diferenciada ao repertório de conhecimentos de cada criança, para melhor atendê-la.

A partir do site Educa+ Brasil (2019), além desses encontros e reuniões realizados com as famílias, é essencial que os educadores escrevam relatórios e comuniquem os responsáveis legais quando ocorrem situações negativas e também positivas em relação ao desenvolvimento do educando. Para Braga (2018), a instituição que acolhe o educando precisa conscientizar o grupo familiar sobre o que se propõe enquanto intervenção de estimulação, para que não se confunda estimulação com superestimulação.

Braga (2018) assinala também que, o nosso cérebro precisa de estimulação a que estamos submetidos diariamente, mas ao mesmo tempo é necessário um espaço de relaxamento entre uma intervenção e outra para que os resultados sejam positivos de acordo com o esperado.

O site Educa+ Brasil (2019) ressalta que, conduzindo um contato saudável com a família e também com o vínculo criado entre ambos, a evolução e autonomia do discente será cada vez mais harmoniosa e de qualidade. Lembrando sempre de que é preciso alinhar as expectativas da escola e, também, da família perante ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança.

Nesse sentido, para Serra (2010) a família precisa ser colaborativa e participativa juntamente com a escola, assim como sequência auxiliando de uma maneira especial para o desenvolvimento do educando com Transtorno do Espectro Autista. Bem como, fornecendo aos educadores informações importantíssimas sobre as formas de comunicações utilizadas com a criança fora do ambiente escolar.

Deste modo, embora em algumas realidades existam dificuldades em chamar a atenção dos pais das crianças para fazerem parte do processo de aprendizagem de seus filhos, é fundamental que a família se engaje e conscientize-se em relação a parceria de escola e família para que assim haja o total aproveitamento e desempenho das estratégias e adaptações para que se consiga atingir a evolução máxima do indivíduo (BRAGA, 2018).



### **3. REFERENCIAL METODOLÓGICO**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa realizada é de natureza aplicada e se fundamentou no paradigma socioconstrutivista que, de acordo com Gil (2008, p. 24), se identifica como:

Mas apesar dessa diversidade, pode-se, de forma simplificada, definir construtivismo como uma postura que defende o papel ativo do sujeito em sua relação com o objeto de conhecimento e a construção da realidade. Dessa forma, o conhecimento é entendido como algo que não se encontra nem nas pessoas, nem fora delas, mas é construído progressivamente pelas interações estabelecidas.

Por isso, enquanto uma pesquisa na área da educação é de cunho qualitativo, exploratória quanto aos objetivos, cujo desenvolvimento foi através da modalidade de campo, pois se caracterizou pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, abordando o problema a ser estudado para, em seguida, obterem-se conclusões sobre a temática investigada (GIL, 2008).

Desta forma, enquanto uma pesquisa de campo, quanto aos procedimentos se constituiu num Estudo de Caso, que propõe “um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (Gil, 2008, p. 57).

#### **3.2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO**

O campo de investigação foi uma instituição de Educação Básica, que oferta todos os níveis de ensino desde a Educação Infantil até ao Ensino Médio, atendendo cerca de 420 educandos, pertencente a uma rede privada de ensino de um município localizado na Serra Gaúcha.

A referida instituição de ensino conta com uma estrutura formada por um prédio com três andares, com uma infraestrutura, dispondo de 13 salas de aula equipadas com um notebook e Datashow entre outros recursos; uma sala de espera; uma sala de professores; um banheiro de educadores, secretaria, sala da direção

pedagógica, uma mecanografia/almojarifado, uma cozinha, uma cantina, um saguão com mesas para a alimentação dos educandos.

A instituição desfruta de um laboratório de Ciências, um banheiro infantil feminino e dois banheiros adultos femininos para os educandos e três banheiros masculinos e também conta ainda com três áreas de serviço. Possui uma sala de coordenação pastoral escolar, um laboratório de informática, uma sala de serviço de integração social e enfermaria, uma sala de serviço de orientação educacional, uma sala de serviço de orientação pedagógica, um auditório, uma capela, uma sala de múltiplas atividades (brinquedoteca), uma biblioteca, um elevador para deficientes. Na área externa, dispõe de um parquinho, um pátio ao ar livre e um coberto, bancos para descanso, uma horta e uma quadra coberta.

A escola atende turmas de Educação Infantil denominadas como nível de Educação Infantil, chamado como Infantil III, IV e V, turmas de Ensino Fundamental I como um 1º ano - dois 2º anos – 2.1 e 2.2, dois 3º anos – 3.1 e 3.2, um 4º ano e um 5º ano, no turno da tarde. Já no Ensino Fundamental II e Ensino Médio atende nove turmas, no turno da manhã.

A equipe pedagógica é constituída por trinta e um educadores; quatro monitoras, quatro auxiliares de limpeza, uma secretária, uma bibliotecária, uma técnica de informática, uma secretária, uma recepcionista, uma gestora administrativa e uma gestora pedagógica. No serviço de coordenação há cinco coordenadores responsáveis, um pelo serviço de integração social, duas orientadoras de serviço de orientação educacional e duas coordenadoras de serviço de orientação pedagógica, uma coordenadora do serviço de pastoral educacional.

Já para os serviços gerais, há uma profissional responsável pelo serviço de mecanografia/almojarifado, um profissional responsável pelos serviços gerais, e uma profissional responsável pela assessoria de comunicação e marketing.

A instituição tem como missão oferecer uma educação acadêmica, cristã, que assegure a formação de cidadãos reflexivos, autônomos, éticos, criativos, solidários e socialmente responsáveis.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2019) da instituição seus Princípios Educacionais se apóiam numa visão que inspira uma prática pedagógica integral, que compreenda que “Educação é obra de amor”. Assim, para construir, estabelecer e tornar significativas a práxis educacional fundamenta-se no Humanismo Cristão.

Assim, a Proposta Pedagógica da escola-campo de investigação tem como concepção basilar de aprendizagem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências nos campos cognitivos, interpessoais e intrapessoais, levando o ser humano a uma mudança de atitude com relação à própria vida e a um processo de conscientização da realidade que o cerca. Assim, para muito além do campo profissional o educando de nossas Unidades Educacionais transformam-se em indivíduos responsáveis, éticos, autônomos e prontos para as escolhas que farão no transcurso de suas vidas.

A instituição, desta maneira, engajou-se em uma ampliação em sua proposta pedagógica com um projeto Bilíngue em parceria com a University of Dayton Publishing. Sendo assim, ensino bilíngue é o ensino e aprendizagem de um currículo acadêmico em duas línguas. Assim, a segunda língua não é ensinada como uma língua estrangeira e sim como uma língua parceira. O foco principal está em agregar não somente o conhecimento linguístico, mas a cultura do outro através do contato com os conteúdos escolares em ambas as línguas. Assim, este é um diferencial da escola que tem como objetivo tornar o aluno bilíngue.

Ainda é importante referir que a escola-campo de investigação contempla a proposta inclusiva no seu Projeto Político Pedagógico, que está em fase de reestruturação, pois acolhe pessoas com diferentes características como, por exemplo, indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e Deficiência Intelectuais. Assim, a instituição atende, atualmente, na faixa de dez (10) alunos com as características citadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os referidos educandos, atendidos nas classes regulares são acompanhados por monitores e por professores que fazem o Atendimento Educacional Especializado.

Desta forma, a instituição de ensino não dispõem de Sala de Recursos multifuncional, logo não tem em seu quadro funcional educadores responsáveis pela mesma. No entanto, há professores atuantes nas salas de aulas regulares com

formação específica de Atendimento Educacional Especializado– AEE e Educação Especial Inclusiva.

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada com educadores que atuam no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, faixa etária de sete e oito anos de idade, na escola-campo de investigação acima descrita. Também, com profissionais que compõem a equipe pedagógica, sendo duas monitoras de inclusão e uma pessoa responsável por um dos setores da Coordenação Pedagógica.

Os referidos sujeitos participantes da pesquisa foram denominados por números naturais crescentes de um (1) a cinco (5), para fins de preservação de identidade e manutenção do sigilo ético da pesquisa. O quadro abaixo apresenta informações sobre os sujeitos participantes da investigação para maior compreensão das características do conjunto humano que contribuiu com os dados empíricos do presente estudo.

Quadro 01 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Participante	Idade	Formação	Tempo docência	Docência E.Fund.I	Docência na escola
<b>EDUCADORA 1</b>	27 anos	Licenciatura em Letras e Pedagogia. Pós-graduação em Psicopedagogia incompleta.	3 anos	3 anos	2 anos
<b>MONITORA2</b>	37 anos	Licenciatura em Pedagogia – Educação Infantil. Pós-graduação em AEE – Atendimento Educacional Especializado.	7 anos	-	5 meses
<b>MONITORA3</b>	27 anos	Licenciatura em Ciências Biológicas. Pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais.	10 anos	3 meses	3 meses
<b>COORD. PEDAGÓGICA4</b>	37 anos	Licenciatura em História e Pedagogia. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais.	14 anos	4 anos	3 anos

FONTE: Elaborado pela autora.

### **3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS**

A coleta de dados foi constituída através de uma entrevista semiestruturada aplicadas aos educadores (Apêndice 01) e monitores (Apêndice 2) que atuam no Ensino Fundamental - Anos Iniciais da escola-campo de investigação. E, também, para a Coordenação Pedagógica (Apêndice 3), responsável pelo serviço de orientação de professores.

Considerando o momento de pandemia do novo Coronavírus e respeitando as medidas sanitárias preventivas a esta doença, as entrevistas foram aplicadas aos participantes através de meio digital.

A entrevista teve como objetivo ouvir os sujeitos da pesquisa a fim de verificar como as práticas docentes e metodologias utilizadas em sala de aula relacionadas à inclusão de crianças com transtorno do espectro autista são compreendidas pelos educadores e monitores participantes da pesquisa em seu cotidiano no ambiente educacional.

Os dados coletados foram analisados pela técnica de análise textual discursiva, que de acordo com Moraes e Galiuzzi (2006, p. 118) é descrita como:

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto.

Sendo assim, pela técnica de análise discursiva como um procedimento em que se analisa e discute os dados coletados nas entrevistas. Neste sentido, os textos que estão sendo analisados, incorporam os discursos realizados em uma realidade social e, conseqüentemente, é necessário serem analisados através de textos com fundamentações teóricas para a sua compreensão e comparação. Por isso, a análise dos dados coletados determina encontrar respostas relevantes à questão norteadora da pesquisa e propiciar a construção de novos conhecimentos sobre o tema com enfoque na presente investigação.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ACHADOS DA PESQUISA**

Por meio da análise textual discursiva (MORAES, 2003), desta investigação, os dados coletados por intermédio de entrevistas semiestruturadas aplicadas às educadoras, monitoras e a coordenadora pedagógica participantes desta pesquisa, mediante a análise textual como já referido, possibilitou a compreensão, o enriquecimento e a discussão relacionada ao desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar, permitindo o surgimento dos seguintes blocos de estudo: *Um olhar para a inclusão social e escolar*, *Metodologias acessíveis aos educandos com autismo* e *Autismo: o acolhimento da escola e família* que passarei a discorrer.

### **4.1 UM OLHAR PARA A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR**

A inclusão social é um conceito amplo e, neste enfoque, apresento como um ato de inserção e interação de pessoas com deficiência e diferentes necessidades especiais na sociedade. Desta forma, ao falar desta temática tão importante, cabe destacar que pessoas que fazem desse grupo têm seus direitos assegurados pela legislação brasileira estabelecida na Declaração Universal de Direitos Humanos promulgada no ano de 1948, como também, na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, a Lei N°13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania estabelece esse direito em seu Artigo 1º. Partindo deste aspecto, é considerável ressaltar que, além do direito à inclusão social, estes indivíduos também devem estar inseridos no meio educacional, através da inclusão escolar, tendo acessibilidade e adaptação as suas especificidades, considerando o que está estabelecido na Constituição Federal (1988), em seu Artigo 205 sendo este, um dever do Estado e da família do indivíduo.

Assim corroborando com este posicionamento Mantoan (2003) ao se referir à inclusão escolar questiona as políticas e a organização da educação especial e

regula assinalando que a inserção escolar, assim como a social deve contemplar todos os educandos, sem nenhuma exceção. Desta forma, considerando o conceito de inclusão social e escolar, relacionado ao movimento inclusivo dos últimos anos, a minha intencionalidade foi verificar qual é a concepção de inclusão das participantes da investigação, assim apresentei o seguinte questionamento Questão 01 “ *O que você entende por inclusão?* ”. A Educadora 1, em resposta afirmou “Fazer com que a pessoa se sinta incluída em qualquer lugar”. As monitoras por sua vez, responderam: Monitora 2 “ Fazer com que as pessoas com necessidades especiais sejam tratadas como as outras com seus direitos e deveres garantidos na sociedade” e a Monitora 3 “ Inclusão é inserir os diferentes entre os ditos “normais”. No mesmo sentido, a Coordenadora Pedagógica 4 afirmou, “Inclusão é quando todos fazem parte da mesma atividade de maneira igualitária”.

As respostas acima relatadas permitem compreender que as participantes entrevistadas expressam um conhecimento significativo relacionado à inclusão escolar, de forma que relacionaram as suas práticas pedagógicas, trazendo uma reflexão destinada à sociedade de forma geral, para que possamos tratar todas as pessoas de forma igualitária. O posicionamento das educadoras vai ao encontro do que estabelece a legislação brasileira na Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu artigo 59° afirmando que os sistemas de ensino assegurarão a todos os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o direito de adaptações e organizações específicas que atendam às suas necessidades. Ainda, que devem contar com professores com especialização para a interação destes educandos com a classe comum e acesso igualitário a todos os benefícios dos programas sociais.

A inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no meio educacional é de grande importância, principalmente fazendo com que estes educandos se sintam bem e acolhidos por todo corpo docente e colegas de classe, para que, de forma relevante, possam atingir os objetivos e habilidades, para assim se desenvolverem autonomamente em atividades da vida diária. É importante também, se apropriarem dos conhecimentos dos componentes curriculares do referido ano que se encontram, respeitados seus ritmos e suas capacidades de aprendizagem.



De acordo com a lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015, as classes regulares devem aceitar a matrícula de educandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, no sentido em construir um novo pensamento relacionado ao ensino e aprendizagem das instituições de ensino brasileiras. Diante deste aspecto, foi apresentada às participantes da pesquisa a seguinte Questão 02 “ *Você atende em sua classe alunos com perfil de inclusão? Em caso afirmativo, quais as características desses educandos?* ”. Assim, para esta questão todas as participantes responderam que possuem em sua classe regular educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O referido transtorno acomete muitas pessoas na atualidade. Nesse sentido Wilson Candido Braga (2018, p.23) conceitua Transtorno do Espectro Autista como:

TEA é caracterizado pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Tratamentos Mentais – 5ª Edição) como um dos transtornos do neurodesenvolvimento. Não é um quadro diagnóstico da atualidade, nem um assunto da moda, tampouco uma invenção médica, mas uma realidade que se faz cada vez mais presente e evidente em nossos espaços socioeducativos.

De acordo com a afirmação do autor acima citado, o Transtorno do Espectro Autista possui características que comprometem o funcionamento cerebral dos indivíduos em determinadas áreas e, assim, justificam-se as alterações linguísticas ou motoras relacionadas a essas áreas cerebrais às pessoas acometidas por esse transtorno. Assim, diante da alta incidência de educandos com TEA matriculados nas classes regulares de ensino, os mesmos devem ser atendidos com acolhimento e estimulados com as adaptações necessárias, para que se desenvolvam perante as suas particularidades.

Com um olhar para a inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista nas classes de ensino regular foi apresentada Questão02, para a Coordenadora Pedagógica “*A escola contempla em sua proposta pedagógica alunos de inclusão? Comente sobre.*”. Assim sendo, a Coordenadora Pedagógica comentou “Sim, desde o ajuste curricular, baseado em laudos, até o acompanhamento por monitoria.” A resposta da Coordenadora Pedagógica permite entender que é muito importante a adaptação curricular para os educandos com Transtorno do Espectro Autista, como também, o atendimento individualizado pela monitoria, para assim acolher as necessidades e dificuldades particulares desta criança.

Sobre este aspecto a Lei N° Lei nº 12.764/2012, atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006) estabelecidas no art. 2º destaca a importância da participação da comunidade na formulação de políticas públicas e, como também, a efetivação do direito à educação a pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Desta forma, como afirmado na legislação é direito do indivíduo autista a adaptação curricular de ensino, como também acompanhamento e avaliação de profissionais do educandário para a melhor evolução do mesmo. Assim, a referida adaptação é importantíssima para esta criança, fazendo com que a mesma consiga ser autônoma dentro de seus limites estabelecidos pelo transtorno, alcançando os objetivos de aprendizagem e uma evolução significativa.

Nesse sentido as respostas das participantes da investigação, de modo geral reiteram que o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista tem assegurado o seu direito de inserção e inclusão na escola e na sociedade. Desta forma, as instituições de ensino mesmo que ainda fragilizadas em meio aos movimentos inclusivos, acolhem e aceitam estas crianças e estão obtendo resultados positivos com um trabalho em equipe, de todo o corpo docente, relacionado à adaptação curricular, pedagógica e física para estes educandos. Assim, a inclusão escolar tem o objetivo de abranger e também ser um local de vivências entre os cidadãos, como todos sendo iguais, respeitando e aprendendo com as diferenças em seu meio. Bem como, “abraçando” e acolhendo de forma igualitária a todos os indivíduos.

Diante do exposto, a inclusão social é uma medida direcionada aos indivíduos com necessidades especiais como deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades e superdotação. Desta forma, esses parâmetros de inclusão social têm como objetivo possibilitar que todos os cidadãos tenham oportunidades de acesso a bens e serviços da sociedade, como saúde e educação. Desta forma, partindo-se deste pressuposto, foi a partir dos movimentos de inclusão social que o direito de educação a todos, como a inclusão escolar conquistou espaço para ser inserida na sociedade brasileira. Tendo em vista a legislação vigente que assegura este direito, as instituições de ensino devem matricular crianças com necessidades especiais viabilizando seu acesso à

escolaridade. Em virtude disso, a inclusão escolar é entendida como acesso e permanência das crianças e jovens nas instituições de ensino, com o principal objetivo tornar a educação mais inclusiva e acessível para todos, respeitando as diferenças e especificidades e particularidades de cada indivíduo. Nesse sentido, as educadoras entrevistadas reiteram que a escola-campo de investigação se constitui num espaço que acolhe a diversidade e tem como compromisso promover ações pedagógicas para o desenvolvimento de todos os seus educandos, respeitando as suas características individuais.

## **4.2 METODOLOGIAS ACESSÍVEIS AOS EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Para o alcance de uma aprendizagem significativa relacionada aos educandos com Transtorno do Espectro Autista presentes nas classes regulares de ensino se faz necessário que o corpo docente das instituições trabalhe em conjunto com metodologias adaptadas que acolham suas especificidades e características, para que não haja limitações e barreiras em seu desenvolvimento devido aos sintomas deste transtorno. Sobre esse aspecto Almeida (2017, p. 8) afirma que:

O indivíduo autista requer do sistema educacional diversidade e personalização. Por outro lado, devido à grande complexidade dos quadros de autismo, a avaliação específica e concreta de cada um é que irá nortear os pais e profissionais envolvidos, indicando as soluções educativas mais adequadas.

De acordo com a afirmação acima, os educandos com TEA precisam que haja uma adaptação curricular nos componentes curriculares das disciplinas apresentadas pela classe regular de ensino, com planejamentos e atividades ajustadas às suas necessidades, afim de que os referidos educandos possam atingir um desenvolvimento cognitivo intenso, com interações e socializações desta criança em meio aos colegas e demais pessoas presentes no ambiente escolar.

Desta maneira, considero que as metodologias adaptadas nas salas de aulas regulares são de grande importância, por isso o meu propósito foi investigar quais são as metodologias utilizadas com os educandos de inclusão, dentro das salas de aulas das participantes da investigação, assim apresentei o seguinte

questionamento Questão 03 “*Qual a metodologia que você emprega para promover a inclusão deste aluno na classe?*”. A Educadora 1 respondeu “*Procuro inseri-lo em todas as atividades e participações*”. A referida resposta permite a compreender que os educandos com Transtorno do Espectro Autista devem estar inseridos nas atividades das instituições educacionais, bem como participando com as devidas adaptações necessárias no currículo e, também, nas práticas pedagógicas interagindo com os demais colegas que não apresentam o transtorno em questão.

Sobre os aspectos apresentados, Ambrós (s/d, p. 216) pontua que há ações específicas que contribuem para a inclusão destas crianças com TEA, tais como as mudanças na instituição de ensino no que se refere às práticas pedagógicas e às suas estruturas físicas. Diante disto, é necessário que todo o corpo docente auxilie na inserção deste educando no ambiente educacional, fazendo com que ele participe da rotina e, também, do cotidiano escolar com as adaptações as suas especificidades e limitações apresentadas.

Considerando que o acolhimento dos educandos com TEA na rede regular de ensino, os mesmos têm como direito um acompanhamento individualizado. Esse atendimento é realizado pelo monitor de inclusão, sendo assegurado pela legislação brasileira da Resolução N° 2, de 11 de setembro de 2001, no Artigo 1º, em seu Parágrafo Único. Pensando neste direito, foi apresentada para as monitoras a Questão 03 “*Em que consiste o seu trabalho na atuação enquanto monitor de alunos com perfil de inclusão?*” As monitoras assim se manifestaram: monitora 2 “*Auxiliar nas atividades*” e a Monitora 3 “*Auxiliar o aluno na realização das atividades escolares e cotidianas, auxiliando-o e motivando-o.*”

Assim, para a questão em análise, as duas monitoras responderam que auxiliamos alunos nas atividades escolares e cotidianas reiterando o importante papel do atendimento individualizado aos educandos com TEA, à medida que propõe um acompanhamento a partir de suas individualidades, estimulando seu desenvolvimento como pondera Almeida (2017, p.5):

Uma educação usando técnicas de ensino baseadas, em primeiro lugar, na compreensão clara do padrão dos transtornos e das habilidades da criança e em segundo, nos conhecimentos do desenvolvimento normal da criança, pode ajudar um autista a desenvolver, ao máximo, quaisquer habilidades que possua e a encontrar formas de compensar suas deficiências.

Deste modo, com o monitor de inclusão presente nas salas de aula regulares, é possível a utilização de metodologias pensadas em cada especificidade destes educandos com Transtorno do Espectro Autista, para assim auxiliar em seu desenvolvimento com as atividades pedagógicas adaptadas e acessíveis planejadas pelo professor da classe regular com o suporte do professor do Atendimento Educacional Especializado. Isto posto, as escolas de ensino regular devem adotar e promover uma metodologia de adaptação e atendimento para esses educandos inclusos, mesmo havendo grandes desafios no dia a dia letivo do ano escolar.

Em meio ao movimento da educação inclusiva em curso, de modo geral, é comum surgirem dificuldades e barreiras no cotidiano escolar. Diante deste aspecto, foi apresentada à Coordenadora Pedagógica a Questão 03 *“Qual é a metodologia que a escola adota e promove para a adaptação e atendimento destes educandos inclusos. Quais são os principais desafios? Comente.”* A entrevistada afirmou: “ Os principais desafios são a pouca formação por parte de alguns educadores. ” A resposta da referida coordenadora permite verificar que, mesmo com as metodologias adaptadas adotadas pelas instituições de ensino, o maior desafio e obstáculo enfrentado é a pouca formação dos educadores. Ou seja, a falta de informação e conhecimento sobre os devidos transtornos e síndromes acolhidas nos ambientes educacionais. Assim, em consonância a essa realidade, a revista Nova Escola (2014, p. 90) comenta que muitos profissionais de educação ainda não sabem como atender essas demandas específicas e, apesar das escolas acolherem estes indivíduos, ainda há dúvidas sobre como efetivar a inclusão.

Em virtude disso, o presente estudo reitera que é preciso uma formação adequada para estes profissionais da educação que realizam os atendimentos destes educandos com perfil de inclusão no ambiente educacional, para que com as informações e conhecimentos necessários sobre as deficiências e transtornos presentes na instituição, seja efetivado um trabalho de qualidade que atinja os objetivos e habilidades planejadas e propostas a serem alcançadas com eficácia, para o real desenvolvimento destes educandos.

Nesta situação, além das formações continuadas relacionadas à educação especial necessárias para a melhor qualificação dos profissionais da educação como um todo, é imprescindível um olhar atento de todos os educadores das escolas e

uma atuação em conjunto, empregando métodos e didática apropriada para a participação e interação dos educandos com TEA, dentro da sala de aula e nas dependências das escolas. Perante o exposto, foi apresentada às educadoras a Questão 04 *“Com a metodologia e didática utilizada, como você observa a interação deste educando?”*, A Educadora 1 respondeu: *“Na maioria das vezes boa. Muitas vezes se nega a realizar.”*

A resposta da Educadora 1 oportuniza compreender que os educandos com Transtorno do Espectro Autista, em parte interagem e socializam de forma positiva com os demais a sua volta e nas atividades propostas em meio escolar, porém apresentam algumas limitações de comunicação e convivência com as pessoas, como uma consequência retratada pelos sintomas do espectro. Nesse sentido Teixeira e Gaiato (2018) reiteram que as principais características do Transtorno do Espectro Autista, estão presentes nos prejuízos ou alterações de comportamento e interação social, possuindo dificuldades na comunicação e na aquisição de linguagem, com suas habilidades sociais regredidas. Deste modo, é indicado que os educadores e monitores que possuem maior contato com estas crianças façam uma estimulação constante durante a rotina cotidiana das aulas, para que se desenvolva a interação social e as habilidades deste indivíduo, afim de conseguir criar vínculos afetivos com os demais ao seu redor, bem como interagindo com autonomia (TEIXEIRA; GAIATO, 2018).

À vista disso, é indispensável que os alunos inclusos desenvolvam sua autonomia e atinjam uma evolução significativa para que interajam com seus colegas e demais alunos matriculados na escola, afim de aprimorar suas habilidades sociais, superando as dificuldades de comunicação. Para levantar dados sobre esse aspecto foi apresentada às monitoras Questão 04 *“Como você observa a interação destes educandos em meio ao cotidiano escolar?”* As monitoras 2 e 3 afirmaram que os educandos com autismo interagem bem, tanto com os colegas e demais educandos.

A resposta das monitoras possibilita constatar que as crianças com autismo precisam interagir em meio ao cotidiano escolar e, conseqüentemente, estas interações são muito positivas em seu desenvolvimento, proporcionando vários

benefícios tanto para a dimensão social quanto cognitiva. Desta forma, Ambrós (s/d, p.216) comenta:

É indispensável expor que o aluno com transtorno do espectro autista necessita de um ensino em que possa aprender e ao mesmo tempo colaborar com os seus pares. Isto é, é essencial que o aluno com autismo aprenda junto com os seus colegas para que eles possam fazer trocas de experiências. Todo esse trabalho integrado é importante para o desenvolvimento sociocognitivo do aluno autista.

Por esse motivo é de grande importância que essa prática pedagógica seja efetivada todos os profissionais da educação que interagem com o educando incluso. Tal prática contribui imensamente para a inclusão destes educandos, com uma participação ativa, marcando sua presença dentro da sala de aula e, também, na instituição de ensino.

Nesse sentido, para que as escolas se tornem espaços de acolhimento, inclusão e formação para todos os indivíduos é preciso eliminar as barreiras que estão presentes no seu cotidiano, concretizando um ambiente de aprendizado social, cognitivo e afetivo com a participação ativa de todos os educandos matriculados. Diante deste aspecto, foi apresentada Questão 04 para a Coordenadora Pedagógica *“Na sua concepção, quais são as estratégias adotadas e utilizadas pela escola com maior eficiência direcionadas a inclusão dos educandos?”* A Coordenadora Pedagógica, afirmou: *“Adaptação de currículo e de atividades.”* A referida resposta permite compreender que, para a inclusão de alunos com necessidades especiais, é preciso uma adaptação de currículo e de atividades, para que estes indivíduos consigam ultrapassar as barreiras das limitações que o TEA impõe, com o auxílio de todo o corpo docente em conjunto. Corrobora com essa visão Braga (2018, p.147) ao afirmar em sua obra:

É legítimo e amparado pela legislação vigente a adaptação /adequação curricular e a flexibilização dos conteúdos aos alunos com TEA e outras deficiências, a partir do seu processo particular de aprendizagem, preocupando-se com a estimulação das funções cognitivas que se apresentam necessárias ao aprendizado eficiente.

Deste modo é preciso planejar e preparar critérios práticos para as aplicações pedagógicas adaptadas, adequando o currículo escolar de forma que os conteúdos abordados tenham foco e significado para o aluno, havendo reduções de atividades se necessário. É importante que essas adaptações curriculares sejam efetivadas por meio de materiais que sejam pensados para cada situação em

especial envolvida no cotidiano, havendo estratégias pedagógicas favoráveis à aprendizagem deste educando como, por exemplo: jogos pedagógicos concretos, utilização de sinalizadores visuais e símbolos com imagens, fotos ou desenhos. (BRAGA, 2018).

Nesse sentido a adaptação curricular deve permear a elaboração de planejamentos, atividades pedagógicas, bem como com a criação e construção de materiais alternativos e concretos para cada especificidade encontrada. Desta forma, a literatura aponta várias atividades pedagógicas que podem ser empregadas no cotidiano escolar para potencializar as aprendizagens dos alunos com TEA, como referido pela coordenadora pedagógica entrevistada. Assim, destaco, como exemplo, alguns recursos e materiais acessíveis que fazem parte de metodologias adaptadas pela escola e que contribuem com o desenvolvimento dos educandos com TEA. Primeiramente destaco um recurso para estimular a comunicação com os alunos que apresentam o TEA (nível 3 – severo - não verbais): a prancha de comunicação. O referido recurso compreende uma cartela ou prancha, com imagens e recursos visuais para a comunicação através destes símbolos (Figura 01). Tal estímulo de comunicação visual contribui para o estabelecimento de interações comunicativas.

Figura 01 – Prancha de comunicação



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/745205069571779837/>



As pranchas de comunicação podem ser utilizadas em diversas situações cotidianas como em forma de rotina diária, sentimentos, vocabulários e demais temáticas desejadas a serem trabalhadas com estes educandos.

Para educandos com Transtorno do Espectro Autista (nível 2 - moderado) são indicadas metodologias com adaptações visuais (Figura 02), pois embora sejam verbais, apresentam muitas dificuldades nas habilidades sociais e linguísticas. Assim, utilizar atividades pedagógicas através da contextualização de sua realidade para as temáticas abordadas em sala de aula sempre contribui para aprendizagens significativas. Pode ser citado como exemplo, o quebra-cabeça concreto, podendo ser muito significativo para o aprendizado das cores, formas geométricas, letras e números e demais temas diversificados desejados.

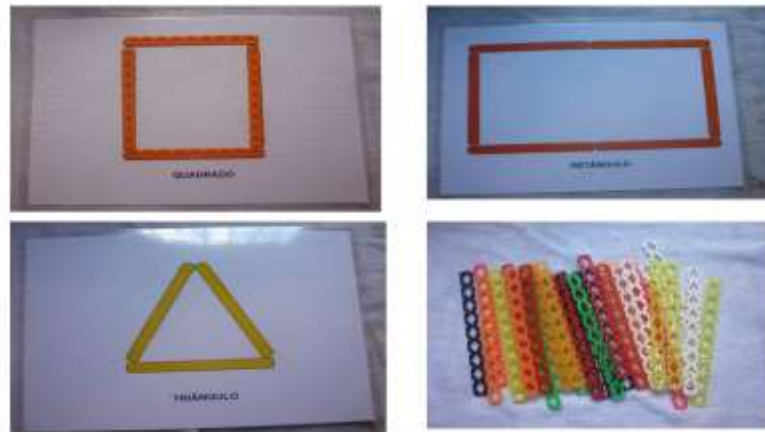
Figura 02 - Metodologias adaptadas visuais



Fonte: <https://cursodebaba.com/brincadeiras-atividades-criancas-autistas/>

Crianças com Transtorno do Espectro Autista (nível 1 - leve), que são as de maior número na escola-campo, também podem precisar de adaptações ou não, isso vai depender de cada desenvolvimento e estimulação. Desta maneira, no cotidiano escolar são utilizadas as metodologias visuais e concretas (Figura 03) favorece que o educando consiga manusear sempre que necessário para localizar-se e interagir quando preciso. Um exemplo é a temática das formas geométricas, em que o educador apresenta as mesmas concretamente com palitos de picolé e, em sequência, solicita para que construa as formas aprendidas.

Figura 03 -Atividade Pedagógica com metodologias visuais concretas



Fonte: <http://www.autismonoamazonas.com/2011/08/atividades-pedagogicas-de-cores-e.html>

Nesse viés, Braga (2018) salienta que os educandos com Transtorno do Espectro Autista são muito mais visuais do que auditivos e assim, apresentam formas diferentes de expressar suas capacidades cognitivas e intelectuais. Bem como, precisam de ambiente educacional organizado e estruturado que facilite sua previsibilidade aos eventos cotidianos e em sequência oportunize um aprendizado significativo. Partindo da concepção das metodologias acessíveis a esses educandos, como suporte, que esses indivíduos passam a sentirem-se parte do processo educacional em que estão inseridos. Bem como, com o acesso aos materiais, planejamentos e atividades pedagógicas adaptadas e adequadas, oportunizam a melhor organização sensório-motora deste aluno, para que obtenha condições de uma aprendizagem ativa e autônoma.

Assim, os exemplos de metodologias acessíveis apresentados reiteram a importância de a escola adotar as metodologias acessíveis e promover a adaptação dos conteúdos didáticos de acordo com o repertório comportamental da criança com TEA. Ainda, é importante destacar que nem toda criança com o Transtorno do Espectro do Autismo precisará de uma adaptação dos materiais didáticos. A adaptação atenderá a necessidade individual da criança. As referidas adaptações devem ser contempladas no Plano Individual de Ensino, elaborado em conjunto pela professora do AEE e da classe regular.

Em relação a esse aspecto, é muito importante a participação e o envolvimento dos monitores educacionais. Assim, a fim de verificar a compreensão sobre o papel do monitor de inclusão dada a sua relevância dentro da sala de aula

regular, auxiliando não somente o educando com Transtorno do Espectro Autista, mas também o educador titular, foi apresentada às educadoras a Questão 07 *”O papel do monitor é importante para a sua prática pedagógica? Em caso afirmativo, comente sobre.”*A Educadora 1, em resposta afirmou: “Com certeza. Por vezes o educando realiza as atividades no seu tempo, porém não é sempre que consigo acompanhá-lo todo tempo por ter que dar conta do conteúdo.” A referida resposta possibilita compreender que, o monitor de inclusão é essencial tanto para o educando, quanto para o educador titular da classe regular, pelo fato de que o mesmo auxilia nas atividades como um todo, sendo o “braço direito” para todas as situações presentes na sala de aula. Sobre este aspecto a revista Nova Escola (2014, p.94) assinala que contar com um auxiliar/monitor de inclusão é um benefício indispensável para a Educação Inclusiva funcione.

Sendo assim, é evidente que o monitor de inclusão, com toda certeza, tem grande importância nos ambientes educacionais, não apenas para o educando incluso com TEA, mas também, para o corpo docente como um todo, podendo auxiliar em diversas situações rotineiras. Por isso, é dever da instituição disponibilizar este profissional a todos os alunos de inclusão para que, assim, haja um atendimento e acompanhamento individualizado, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social desta criança, promovendo o desenvolvimento de sua autonomia e evolução de suas habilidades sociais, partindo-se de estimulações constantes e de qualidade.

#### **4.3 ESCOLA FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO DE ACEITAÇÃO E ACOLHIMENTO**

A partir dos movimentos sociais e inclusivos que aconteceram no Brasil, nas últimas décadas, a inclusão obteve lugar nas escolas regulares de ensino, assim como tem contribuído para a conquista dos direitos das pessoas de acordo com sua diversidade. A respeito destes direitos, a Declaração de Salamanca (1994), assegura a educação para todos os educandos com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino e se tornou uma referência para o processo de inclusão escolar em todo o mundo.

Assim, pensar uma educação para todos com as técnicas e adaptações curriculares necessárias a cada especificidade apresentada nos transtornos e deficiências requer um olhar sensível e acolhedor para as diferenças. Diante disso, a inserção e inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista na classe regular é uma realidade e, a cada ano, aumenta o número de matrículas de educandos com TEA nas instituições escolares, como apresentado no referencial teórico. Assim, é necessário que a escola e família andem e trabalhem em conjunto, havendo uma relação de aceitação e acolhimento às limitações que a criança apresenta para assim, atingir sua evolução, de acordo com suas habilidades e potencialidades, com respeito aos seus déficits e dificuldades.

Os autores Rosanita Moschini e Carlo Schmidt (s/d) enfatizam que há uma necessidade de aproximação entre a família e a escola, porém as relações entre estes sistemas são vistas de diferentes maneiras. Assim, cabe primordialmente à escola prestar apoio educacional e informativo às famílias.

Desta maneira, considero que é muito importante uma relação harmoniosa entre família e escola, trabalhando em união, por isso meu propósito foi investigar quais são as percepções das profissionais da educação participantes da pesquisa em relação à aceitação e acolhimento da classe e também dos familiares dos educandos com Transtorno do Espectro Autista. Assim apresentei às mesmas Questão 05 *“Qual é a sua percepção em relação à classe enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando com Transtorno do Espectro Autista?”*. Para a questão em foco a Educadora 1 respondeu *“Muito bem aceito e acolhido. Os colegas têm uma superproteção com ele.”* Já, as monitoras por sua vez, em resposta afirmaram: Monitora 2 *“Os colegas acolheram com muito carinho, estão sempre chamando para as brincadeiras e adoram conversar sobre todos os assuntos.”*; Monitora 3 *“Ele foi muito bem recepcionado pelos colegas e eles o tratam igualmente aos demais.”* Por sua vez, a Coordenadora Pedagógica se manifestou afirmando *“A turma é a que mais facilmente aceita os colegas.”*

Perante as respostas acima relatadas, é possível compreender que os educandos com Transtorno do Espectro Autista são muito bem aceitos e acolhidos pelos seus colegas de classe, pois interagem e socializam de forma positiva, a fim de estimular suas habilidades sociais para uma boa convivência. Sobre esta

compreensão, Ambrós (s/d), afirma que é necessário que os alunos com Transtorno do Espectro Autista sejam expostos a um ensino em que eles possam aprender e, ao mesmo tempo, colaborar com seus pares, assim estarão aprendendo junto com seus colegas de classe trocando experiências. Em vista destes aspectos, é preciso ressaltar que é de fundamental importância as interações destes indivíduos com os demais colegas da classe, sendo bem aceitos e acolhidos para que se sintam inseridos dentro dos processos de ensino e aprendizagem. E, principalmente, que sintam-se parte da turma, como um integrante sem nenhuma distinção, participando e sendo convidados para as conversas e brincadeiras nos momentos de atividades livres.

Além da aceitação e interação para a construção de vínculos no espaço escolar, é imprescindível que a família reconheça suas dificuldades e sobretudo, o seu diagnóstico para haver um trabalho de adaptação em conjunto. Para aprofundar sobre este aspecto, foi aplicada a Questão 06 “*Qual é a sua percepção em relação à família enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando?*”. Diante do questionamento, a Educadora 1 reiterou: “*Família aceita e acolhe bem.*” A Monitora 2 assim respondeu:

Muitas famílias infelizmente, não aceitam pessoas de seu meio com alguma necessidade especial. Preferem a negação ao tentar ajudar. Muitos por medo de sofrer preconceito da sociedade, por isso negam e fingem não enxergar a dificuldade que essas pessoas enfrentam no dia a dia. Quanto antes essas pessoas forem acolhidas e ajudadas por pessoas próximas, mais cedo poderão diminuir as dificuldades que enfrentam, podendo levar uma vida mais saudável.

Em resposta à questão em foco a Monitora 3 pontuou: “A família é compreensível e participativa. Aceita muito bem o diagnóstico e é parceira da escola sempre.” Já a Coordenadora Pedagógica 4, por sua vez declarou “Certamente esse é o principal “entrave” na adaptação curricular. De maneira geral as famílias têm resistência na aceitação do Transtorno e na ajuda por parte da escola.”

Considerando as respostas acima descritas, fica clara a ideia de que algumas famílias acolhem e aceitam bem o diagnóstico de seus filhos e, em consequência, trabalham em conjunto com a escola para uma melhor evolução da criança. No entanto, há outras famílias que não aceitam o diagnóstico de transtorno de seu filho (a) dificultando os encaminhamentos, não somente dentro do ambiente

educacional, mas principalmente, para indivíduo que não é encaminhado às estimulações necessárias, “atrasando” assim, o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo desta criança.

Nesse sentido, segundo os autores Coll, Marchesi e Palácios (2004, p. 249), o apoio familiar é imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem consiga alcançar resultados positivos para a pessoa autista, obtendo maior êxito nas tarefas realizadas com este indivíduo. Portanto, é indispensável que a família da criança com autismo esteja presente em seu processo educacional para que, assim, trabalhe em conjunto com a escola obtendo uma parceria positiva e alcançando bons resultados relacionados ao desenvolvimento desta criança em todas as áreas de aprendizagem.

Sendo assim, as autoras Bruni e Macedo no capítulo V da Cartilha Autismo e Educação (2013, p.76) afirmam que a relação família-escola é muito importante, bem como, deve haver cooperação aliada à comunicação entre pais e professores, fortalecendo o processo de implementação de estratégias para o desenvolvimento desta criança. Desta forma, as informações trocadas entre pais e professores ao longo do ano letivo são fatores que podem ser considerados, para uma implantação de situações de comunicação dentro plano individualizado de ensino. Assim, esta é uma das simples estratégias utilizadas no meio educacional que traz resultados positivos abrangendo todo o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança autista.

Revisitando o que foi abordado neste bloco de análise é possível afirmar que para a promoção de educação para todos, é imprescindível uma estreita relação entre família e a escola. A dinamização deste vínculo é essencial para a compreensão e desenvolvimento da criança, fazendo com que as propostas pedagógicas sejam ricas e tenham êxito, com efeitos recíprocos tanto em casa como em sala de aula. Assim, mesmo diante das singularidades e limitações, as crianças com Transtorno do Espectro Autista aprendem com maior aptidão quando escola e família trabalham em conjunto, estimulando-as para que evoluam com autonomia para a vida cotidiana em sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente monografia que compreende o relato da pesquisa intitulada “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, apresento algumas considerações e conhecimentos construídos ao longo da investigação, relacionada ao questionamento de pesquisa “Quais as intervenções e práticas pedagógicas que contribuem para o melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança com transtorno do espectro autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?”.

Assim, com base nos estudos realizados, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, pois foi constatado que é de grande importância que o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista se desenvolva com autonomia na rede regular de ensino, através de metodologias acessíveis e adaptadas as suas especificidades. Desta forma, o desenvolvimento da pesquisa promoveu reflexões e oportunizou construir conhecimentos e averiguar como essa prática inclusiva é concebida e vivenciada na escola-campo de investigação. Assim, apesar de todas as barreiras encontradas na educação brasileira, foi possível constatar que na realidade investigada a inclusão é compreendida e acolhida de forma positiva pelos educadores, monitores e coordenadores participantes da investigação.

Em virtude disso, o estudo descrito buscou pontuar que a escola deve oportunizar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os educandos, com as devidas adaptações necessárias no âmbito escolar, pois é através da inclusão que as crianças se desenvolvem cognitivamente e afetivamente com autonomia. Ainda, no processo de inclusão, as ações devem priorizar a compreensão e respeitar o respeito às individualidades de cada pessoa, ou seja, um aprendizado muito necessário para a formação do seu “eu”.

A leitura de livros, artigos acadêmicos, bem como de outras fontes teóricas permitiu um maior aprofundamento de conhecimentos acerca da temática abordada, isto é o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino. Nesse sentido, posso afirmar que a inclusão na classe regular traz uma grande contribuição para o desenvolvimento desta criança, assim a tendo

contato com diferentes indivíduos e estimulações para uma evolução significativa e de qualidade, possibilitando ricas experiências em seu aprendizado.

A imersão à campo online, proporcionou verificar que o corpo docente da escola-campo de investigação possui uma grande preocupação em promover o aprendizado e o bem-estar das crianças inclusas. Desta maneira é visível que no meio educacional em foco, estes educandos são bem acolhidos e aceitos, obtendo aprendizagens significativas para a sua vida social e também acadêmica. Também, a análise das entrevistas realizadas proporcionou o conhecimento de que as educadoras entrevistadas acreditam na inclusão para todos como meio de inserção social, tendo o intuito de propiciar o atendimento educacional individualizado para estimular a aprendizagem e desenvolvimento desses educandos.

Ainda, durante a escrita da presente monografia pude refletir como é preciso estar em constante estudo e, principalmente, aprofundar conhecimentos sobre como contribuir para que, além do desenvolvimento de suas funções cognitivas, a criança autista alcance a evolução pessoal de sua autonomia. Como também, de que forma articular o diálogo com a família considerando a importância da mesma nesse processo.

Desta forma, este trabalho acadêmico contribuiu para responder às minhas indagações e, também, com a instituição de ensino, campo de investigação de forma positiva proporcionando reflexões e indagações a respeito da inclusão e as metodologias aplicadas, pensadas e utilizadas na escola para o trabalho com estes educandos. Foi possível perceber, que a escola tem uma grande preocupação com bem-estar e aprendizagem destas crianças, sempre adaptando e adquirindo novos recursos para atingir os objetivos pensados para a evolução destes indivíduos com características de inclusão, neste enfoque com TEA.

Concluo essa investigação e a presente monografia afirmando que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é essencial para o desenvolvimento das mesmas, e diante disso, como educadora, continuarei estudando e ampliando meus saberes e conhecimentos para defender a inclusão social e escolar destes indivíduos.



E nesse momento, em meio ao todo conhecimento construído, surgem ainda, novas indagações para estudos futuros, como por exemplo: *“Como o Transtorno do Espectro Autista é compreendido pelos familiares? Como as escolas devem preparar-se para acolher os alunos com Transtorno do Espectro Autista? Ainda, como as escolas poderiam preparar o seu corpo docente para estarem aptos a receberem estes educandos?* Destaco que continuo motivada pela temática, pois acredito que é por meio da inclusão que aprenderemos a respeitar o próximo e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento e conhecimento da criança, de forma significativa e prazerosa.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Psicologia.PT O portal dos Psicólogos. **O Desafios da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino**. Brasil, 06 de ago. 2017. Disponível em:

file:///C:/Users/Sony/Desktop/Autismo%20na%20rede%20regular.pdf . Acesso em 14 jun. 2021.

AMBRÓS, Danieli Martins. 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e aprendizagem em discussão. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão**. Brasil, s/d.p. 209 a 218. Disponível em: file:///C:/Users/Sony/Desktop/completo-3%20autismo.pdf . Acesso em 14 jun.2021.

BLANCO R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRAGA, Paola Gianotto **Cartilha transtorno do espectro autista** [recurso eletrônico] / Paola Gianotto Braga, Stéfani Quevedo de Meneses dos Santos e Adriana A. Burato Marques Buytendorp. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019. 28 p. 13,5 MB; e-Book – PDF

BRAGA, Wilson Candido. **Autismo: azul e de todas as cores: guia básico para pais e profissionais**. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL [Constituição (1998)] **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF [1988]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) . Acesso em 14 jun. 2021.

\_\_\_\_\_[Constituição (1988)] **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF: 175º da Independência e 108º da República, [ 1996]. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394). Acesso em: 7 abr. 2021.

\_\_\_\_\_[Constituição (1998)] **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília: DF: 190º da Independência e 123º da

BRUNI, Ana Rita. et al. **Autismo e realidade** (Cartilha autismo e educação). São Paulo, 2013.

República, [2011]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em 22 abr.2021

\_\_\_\_\_ [ [Constituição (1998)] **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF: 191º da Independência e 124º da República, [2012]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 7 abr.2021.

\_\_\_\_\_ [ [Constituição (1998)] **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF: 194º da Independência e 127º da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL.Estuca+. **A importância da parceria e família e escola**. Brasil, 27. Maio. 2020. Disponível em <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importancia-da-parceria-entre-familia-e-escola>. Acesso em: 15. Abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**. Brasília: DF [2013]. Disponível em: [file:///C:/Users/Sony/Desktop/nt24\\_sistem\\_lei12764\\_2012.pdf](file:///C:/Users/Sony/Desktop/nt24_sistem_lei12764_2012.pdf) . Acesso em 14 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: DF [2001]. Disponível em: <file:///C:/Users/Sony/Desktop/resolucao2.pdf> . Acesso em: 14 jun. 2021.

BOSA. Cleonice Alves. **Autismo: interações psicoeducacionais**. Revista Brasil Psiquiatria, 2006; 28 (Supl I): S47-53.

DINÂMICA. DIVULGAÇÃO THE EDUCATION CLUB. **Diferenças entre integração e inclusão**. Brasil, 11 de set. 2019. Disponível em: <https://www.divulgacaodinamica.pt/blog/diferencas-entre-integracao-e-inclusao/>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

EDUCAÇÃO. Rede de Sagrado. **Nossa proposta**. Curitiba- PR, maio. 2021. Disponível em <http://www.redesagradosul.com.br/nossa-proposta>. Acesso em: 15. Abr.2021.

ESCOLA, Nova. **O dia a dia do professor: como se preparar para os desafios da sala de aula**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Nova Escola, 2014. **Capítulo 4: inclusão**. 2014.p. 84 - 100.

ESPECIAL, Secretaria de Educação Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasil, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em: 15 de jul.2021.

GIL, Antonio, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna , 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006

MORAES Roque; GALIAZZI Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. **Ciência e Educação**, v. 12, n.1, p. 117 - 128, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Sony/Desktop/Downloads/An%C3%A1lise%20Textual%20Discursiva%20processo%20reconstrutivo%20de%20m%C3%BAltiplas%20faces.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

PARAÍBA, Instituto Federal. **Níveis do Transtorno do Espectro Autista**. Brasil, 01 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/niveis-do-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 26 de abr. 2021.

PAULO, Santo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de. **Plano Educacional Individualizado – NAPNE**. Brasil s/d. Disponível em: <https://sor.ifsp.edu.br/index.php/ultimos/655-plano-educacional-individualizado- napne>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Piaget**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislações e políticas públicas em Educação Inclusiva**. 2ª. Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SERRA, Dayse. **Autismo, Família e Inclusão**. Polêmica, Revista Eletrônica, v.9, nº 1, p.40-56, jan./mar. 2010.

SCHMIDT Carlo, MOSCHINI Rosanita. **Relações entre família, escola e a inclusão de pessoas com autismo**. Brasil s/d. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/RELA%C3%87%C3%95ES\\_ENTRE\\_FAM%C3%8DLIA\\_ESCOLA\\_E\\_A\\_INCLUS%C3%83O\\_DE\\_PESSOAS\\_COM\\_AUTISMO.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/RELA%C3%87%C3%95ES_ENTRE_FAM%C3%8DLIA_ESCOLA_E_A_INCLUS%C3%83O_DE_PESSOAS_COM_AUTISMO.pdf). Acesso em: 15 de jul.2021.

TEIXEIRA, Gustavo.GAIATO Mayara. **O rezinho autista Guia para lidar com comportamentos difíceis**. 4. ed. San Diego, 2018.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## **7. APÊNDICES**

### **APÊNDICE 01 – Entrevista semiestruturada com educadores**



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA INTITULADA:**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA AUTISTA NO  
AMBIENTE ESCOLAR**

Prezados (as)!

Sou Gabrieli Bock Pagliarini, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Convido você a participar da minha pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso referente ao tema “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar. ”

Esclareço que, os dados coletados, bem como a sua identidade serão anônimos e mantidos em sigilo, assim servirão de material empírico para a elaboração de estudos que fazem parte da pesquisa acima referida.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem presentes e necessários.

Agradeço por sua disponibilidade, pois sua participação será de fundamental importância para minha pesquisa. Conto com sua colaboração! Muito obrigada!

Atenciosamente, Gabrieli Bock Pagliarini.

Questões da entrevista:

## **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Idade:

Qual a sua formação?

- a) Nível médio?
- b) Graduação?
- c) Pós-Graduação?

Há quanto tempo atua como educador (a)?

Há quanto tempo atua como educador (a) no Ensino Fundamental – Anos Iniciais?

Há quanto tempo atua nessa instituição?

## **2. Questões de entrevista:**

1. O que você entende por inclusão?
2. Você atende em sua classe alunos com perfil de inclusão? Em caso afirmativo, quais as características desses educandos?
3. Qual a metodologia que você emprega para promover a inclusão deste aluno na classe?
4. Com a metodologia e didática utilizada, como você observa a interação deste educando?
5. Qual é a sua percepção em relação a classe enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando com Transtorno do Espectro Autista?
6. Qual é a sua percepção em relação a família enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando?
7. O papel do monitor é importante para a sua prática pedagógica? Em caso afirmativo, comente sobre.

**APÊNDICE 02 – Entrevista semiestruturada com monitores**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA INTITULADA:**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA AUTISTA NO  
AMBIENTE ESCOLAR**

Prezados (as)!

Sou Gabrieli Bock Pagliarini, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Convido você a participar da minha pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso referente ao tema “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar”.

Esclareço que, os dados coletados, bem como a sua identidade serão anônimos e mantidos em sigilo, assim servirão de material empírico para a elaboração de estudos que fazem parte da pesquisa acima referida.

Coloque-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem presentes e necessários.

Agradeço por sua disponibilidade, pois sua participação será de fundamental importância para minha pesquisa. Conto com sua colaboração! Muito obrigada!

Atenciosamente, Gabrieli Bock Pagliarini.

Questões da entrevista:

## **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Idade:

Qual a sua formação?

- d) Nível médio?
- e) Graduação?
- f) Pós-Graduação?

Há quanto tempo atua como educador (a)?

Há quanto tempo atua como educador (a) no Ensino Fundamental – Anos Iniciais?

Há quanto tempo atua nessa instituição?

## **2. Questões de entrevista:**

1. O que você entende por inclusão?
2. Você atende em seu cotidiano alunos com perfil de inclusão? Em caso afirmativo, quais as características desses educandos?
3. Em que consiste o seu trabalho na atuação enquanto monitor de alunos com perfil de inclusão?
4. Como você observa a interação destes educandos em meio ao cotidiano escolar?
5. Qual é a sua percepção em relação a classe enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando com Transtorno do Espectro Autista?
6. Qual é a sua percepção em relação a família enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando.



**APÊNDICE 03 – Entrevista semiestruturada com a Coordenadora Pedagógica**



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA INTITULADA:**

**O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA AUTISTA NO  
AMBIENTE ESCOLAR**

Prezados (as)!

Sou Gabrieli Bock Pagliarini, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Convido você a participar da minha pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso referente ao tema “O desenvolvimento cognitivo e social da criança autista no ambiente escolar”.

Esclareço que, os dados coletados, bem como a sua identidade serão anônimos e mantidos em sigilo, assim servirão de material empírico para a elaboração de estudos que fazem parte da pesquisa acima referida.

Coloque-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem presentes e necessários.

Agradeço por sua disponibilidade, pois sua participação será de fundamental importância para minha pesquisa. Conto com sua colaboração! Muito obrigada!

Atenciosamente, Gabrieli Bock Pagliarini.

Questões da entrevista:

## **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Idade:

Qual a sua formação?

- g) Nível médio?
- h) Graduação?
- i) Pós-Graduação?

Há quanto tempo atua como educador (a)?

Há quanto tempo atua como educador (a) no Ensino Fundamental – Anos Iniciais?

Há quanto tempo atua nessa instituição?

## **2. Questões de entrevista:**

1. O que você entende por inclusão?
2. A escola contempla em sua proposta pedagógica alunos de inclusão? Comente sobre.
3. Qual é a metodologia que a escola adota e promove para a adaptação e atendimento destes educandos inclusos. Quais são os principais desafios? Comente.
4. Na sua concepção, quais são as estratégias adotadas e utilizadas pela escola com maior eficiência direcionadas a inclusão dos educandos?
5. Qual é a sua percepção em relação a classe, enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação dos educandos com Transtorno do Espectro Autista.
6. Qual é a sua percepção em relação a família, enquanto a aceitação e acolhimento para a adaptação do educando no ambiente escolar?